

CONCEPÇÕES TEÓRICAS, DESAFIOS E INDICATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE CANOINHAS

Jéssica de Jesus Vieira¹
Valdir Roque Dallabrida²

RESUMO: O presente trabalho resulta de um projeto de iniciação científica, contemplando uma revisão teórica referente ao tema desenvolvimento regional, além de uma pesquisa de campo. No aprofundamento teórico, resgatam-se reflexões realizadas no livro *Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?*. Outros autores também embasaram este estudo, demonstrando avanços na reflexão acadêmica sobre o tema. A pesquisa de campo esteve focada na concepção de desenvolvimento das lideranças e gestores regionais e sua relação com as condições objetivas e os condicionantes do desenvolvimento regional sustentável da região de Canoinhas. Apesar de, em geral, a concepção da maioria dos entrevistados coincidir com os indicativos teóricos da literatura revisada, percebem-se, na análise das propostas de planejamento recentes, indicativos muito genéricos sobre o futuro da região em estudo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Canoinhas. Participação. Planejamento.

ABSTRACT: This work results from a scientific initiation project which contemplates a theoretical revision concerning the theme: regional development, besides a field research. In the theoretical deepening, it was recalled the reflections done in the book 'Regional Development: Why do some regions develop and others don't?'. Other authors also based this study, showing advances in the academic reflection about this theme. The field research was focused on the development conception of the leaders and regional managers and their relations with the objective conditions and the determining factors of the sustainable regional development of the Canoinhas region. In spite of, usually, the conception of the most people interviewed matching with the theoretical indications of the revised literature, it is noticed, in the proposal analyses of recent planning, very general indications about the future of the region under study.

Key-works: Regional development. Canoinhas. Participation. Planning.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de estudo realizado na região de Canoinhas, Estado de Santa Catarina (SC), o qual teve como objetivo principal investigar a concepção de desenvolvimento das lideranças e gestores regionais e sua relação com as condições objetivas e os condicionantes do desenvolvimento regional¹. Contempla uma pesquisa bibliográfica sobre as concepções teóricas do desenvolvimento regional, resgatando e sistematizando suas principais contribuições e uma pesquisa de campo, com a posterior análise reflexiva através da tabulação dos dados coletados.

No aprofundamento do tema, resgatam-se revisões teóricas realizadas no livro *Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?*. Outros autores também embasaram este estudo, demonstrando avanços na reflexão acadêmica sobre o tema.

Apesar de, em geral, a concepção da maioria dos entrevistados coincidirem com os indicativos teóricos da literatura revisada, percebem-se, na análise das propostas de planejamento recentes, indicativos muito genéricos sobre o futuro.

Este artigo, inicialmente, relata os procedimentos metodológicos seguidos. Na sequência, sintetizam-se as principais abordagens teóricas e seus indicativos para o desenvolvimento regional e são feitas constatações e análises sobre o desenvolvimento na região de Canoinhas, relatando-se os dados de uma pesquisa de campo com lideranças e gestores regionais e o registro dos principais indicativos sobre desenvolvimento da região contidos nos documentos recentes de planejamento. Por fim, são feitas algumas análises a partir dos dados.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho inicialmente contemplou a revisão bibliográfica sobre o tema desenvolvimento regional, dando-se destaque a uma obra produzida na

¹Refere-se ao projeto de pesquisa *Concepções teóricas, desafios e indicativos para o Desenvolvimento Regional Sustentável da região de Canoinhas* realizado na UnC, referente ao Prêmio Mérito Universitário (2009-2010), com financiamento da FAPESC.

Universidade do Contestado em 2010, versando sobre o desenvolvimento regional². São contempladas, também, contribuições de outros autores que discutem o tema.

A investigação da qual resultou este artigo contemplou uma pesquisa de campo atingindo o município de Canoinhas e região, sendo entrevistadas duas pessoas representando o Poder Executivo, quatro pessoas que atuam no Poder Legislativo, doze pessoas do ramo empresarial urbano ou rural, vinte e uma pessoas de instituições, como igreja, sindicatos, instituições educacionais e outros onze estudantes do ensino médio e superior. As pessoas foram solicitadas a responder perguntas sobre concepções de desenvolvimento regional, manifestando-se sobre sua ordem de importância. Foi feito no início da investigação uma pesquisa-teste, com questões abertas sobre o tema, o que orientou posteriormente a elaboração do questionário final utilizado nas entrevistas.

DISCUSSÃO TEÓRICA E RESULTADOS

Esta parte do texto será dividida em duas partes: na primeira, será feita uma síntese das principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento; na segunda, serão apresentados os principais resultados da pesquisa.

Principais abordagens teóricas e seus indicativos para o desenvolvimento

Analisando as regiões, com suas assimetrias em termos de desenvolvimento, podemos nos perguntar: por que umas se desenvolvem mais que as outras e quais os fatores que propiciam a condição de desenvolvimento para uma determinada região?

Podemos começar primeiramente conceituando desenvolvimento. Assume-se aqui um conceito de desenvolvimento: “um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população” (DALLABRIDA, 2010, p. 17).

Para conceituar desenvolvimento temos que situá-lo diante das abordagens sobre desenvolvimento local, regional e territorial. O desenvolvimento local refere-se ao crescimento de pequenos territórios. O desenvolvimento regional já se refere a

² Ver Dallabrida (2010).

processos que ocorrem em uma região. Por fim o desenvolvimento territorial refere-se a um território, ou seja, uma sociedade específica, com certa identidade e pode ser baseado na melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico de um conjunto de pessoas localizadas em um local que apresente um certo grau de identidade territorial.

Um termo que foi utilizado nas concepções de desenvolvimento do tipo regionalista é a concepção de *produção ou acumulação flexível*.

O conceito de produção flexível implica numa nova maneira de produzir, que transformava revolucionariamente, desde a base técnico-científica até a natureza dos bens finais, passando pelo sistema produtivo, o tamanho e as relações entre as empresas e a organização de trabalho (DALLABRIDA, 2010 p. 112).

Esse termo acumulação flexível, na verdade refere-se uma melhoria na produção, que ao invés de ocorrer em grande escala, passaria ser de produções manufaturadas em pequenas unidades, para um tipo específico de clientela. A expectativa inicial era que este sistema de produção viesse provocar grandes mudanças e inovações nas empresas, assim interferindo no sistema econômico de uma região.

Outra concepção é a sobre os *distritos industriais*. Origina-se de ideias desenvolvidas por A. Marshall (1982). Essa concepção sobre distritos industriais refere-se a uma sociedade baseada na indústria, onde indústria e população interagem entre si, como uma ação de cooperação para o desenvolvimento. A noção de distrito industrial marshallina faz referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores baseada em laços de solidariedade. Segundo o autor, no entanto, a cooperação econômica explica apenas em parte as vantagens de um distrito industrial e por isso o seu interesse pelos distritos industriais vai além dos aspectos econômicos, reconhecendo que o quadro de análise deve incluir também a dinâmica sociocultural das regiões. Com isso Marshall chama a atenção para os valores imateriais da localização (as relações sociais, a cultura local) para mostrar que a dinâmica industrial não pode ser reduzida ao seu aspecto mercantil (DALLABRIDA, 2010).

Já a *teoria de regulação* é uma corrente do pensamento econômico que reflete sobre a relação entre produção e consumo, em que a quantidade de produção seja compatível com a demanda que necessita para aquela determinada população.

As principais premissas da Teoria da Regulação residem, em suma, no pressuposto de que a produção da estrutura determinante de um sistema socioeconômico só se realiza na medida em que for capaz de engendrar determinadas particularidades organizacionais e institucionais que garantam a coerência do processo de acumulação de capital e sua extensão, em limites compatíveis com a coesão social no espaço das nações (DALLABRIDA, 2010, p. 116).

Podemos dizer que um modo de regulação foi o Fordismo, que se desenvolveu após a II Guerra Mundial até meados de 1970. Existem alguns estudiosos que concluem que o desenvolvimento local e regional pode superar a crise fordista, mas para isso é necessário algumas mudanças como menor carga horária para os trabalhadores, uma distribuição mais dinâmica do trabalho e uma preocupação focada na dimensão social e humanista do desenvolvimento.

Outro autor importante que trouxe contribuições teóricas na reflexão sobre desenvolvimento é J. Schumpeter (1985). As ideias clássicas desse autor, mais recentemente são denominadas como Neo-schumpeterianas, fazendo referências sobre inovações, território e desenvolvimentos. Schumpeter defendeu a ideia de que as mudanças estruturais que caracterizavam o desenvolvimento econômico não podiam ser adequadamente explicadas apenas em função do uso eficiente dos recursos por parte dos agentes econômicos, em função das condições do mercado e das técnicas disponíveis. Para este autor, o principal fenômeno que explicava o desenvolvimento econômico é o papel inovador desempenhado por certos empresários. Ou seja, para Schumpeter, as firmas inovadoras se expandem, podendo ocasionar o desaparecimento de firmas não inovadoras, que operem com maior custo, gerando um processo de *destruição criadora*. Este processo, na visão schumpeteriana, dá origem à diversificação das atividades, à geração de novas oportunidades e às mudanças estruturais características do processo de desenvolvimento.

Aydalot (1986) segue as concepções de Schumpeter. Defende o autor que os processos de desenvolvimento têm três aspectos fundamentais. Um de caráter

instrumental, que se refere ao fato de que os atores do desenvolvimento devam ser organizações produtivas flexíveis, como ocorrem com as pequenas e médias empresas, capazes de superar a rigidez das grandes organizações do tipo fordista. O segundo, de caráter mais estratégico, defendendo a diversidade nas técnicas e nos produtos, nos gostos, na cultura e nas políticas, o que facilita a abertura de múltiplos caminhos de desenvolvimento para os territórios, segundo as potencialidades de cada um deles. Por último, um aspecto de caráter mais operativo, defendendo que os processos de desenvolvimento são a consequência da introdução de inovações e conhecimento através de investimentos dos atores econômicos, um processo de caráter territorial produzido como consequência da interação dos atores que integram com o entorno ou *meio inovador* (DALLABRIDA, 2010).

Maillat (1995) defende a ideia de que o desenvolvimento de algumas regiões resulta de saber inovar nos seus produtos e no seu modo de produção, na elaboração de projetos entre empresas e de pesquisas destinadas a desenvolver novos produtos. Seguindo autores como Aydalot, retoma o conceito de *meio inovador*, com o que pretende apreender as dinâmicas territoriais de inovação, tendo como pressuposto que atualmente os mecanismos do desenvolvimento regional residem nas regiões que são capazes de inovar, de pôr em prática projetos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre as empresas, as instituições de formação e pesquisa, e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais, ou das universidades. Assim, segundo o autor, o desenvolvimento de algumas regiões e não de outras se explicaria pela presença de empresas e instituições inovadoras (DALLABRIDA, 2010).

Outro autor, Lundval (1992), aborda o conceito de *sistema de inovação* como um aprendizado que é fundamental na economia de uma sociedade. Para o autor as inovações têm caráter coletivo, não só de um empresário ou de uma empresa e sim de um conjunto de pessoas que vivem em um determinado espaço. Isso dá mais ênfase às pequenas empresas que dependem desse convívio entre as grandes e pequenas empresas. Tais concepções ressaltam o caráter sistêmico do processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2010).

Considerando a perspectiva da relação do território, empresas e inovações, Méndez (2002) aborda o conceito de *território inovador*. O conceito de inovação é

entendido como a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente. Assim, é possível referir-se ao território inovador, fazendo referências aos âmbitos espaciais em que seus autores e instituições forem capazes de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentam em cada momento da história. Com isso, o autor dá a entender que as inovações têm relação com o espaço e o território, pois delas dependem das melhorias e das condições que se precisa ter para que ocorra o desenvolvimento (DALLABRIDA, 2010).

Além das abordagens que consideram as inovações como fundamentais para o desenvolvimento, tem-se a concepção do chamado *institucionalismo* que aborda os fatores psicológicos de uma boa economia, ou seja, um bom equilíbrio entre economia e fatores de produção. Os autores que mais contribuíram para a teoria do institucionalismo são Veblen, Mitchell e Commons. Outro autor importante foi Coase que publicou em 1937 um artigo que fala sobre a natureza das firmas, que é muito importante para o entendimento do chamado institucionalismo e neoinstitucionalismo. Coase se refere ao quadro institucional como essencial, pelo que o indivíduo comporta-se de forma distinta em diferentes subsistemas, o econômico, o legal e o político (Conf. DALLABRIDA, 2010, p. 124).

Entre os princípios estruturantes do institucionalismo destacam-se: (1) a valorização dos fatores históricos, sociais e institucionais e não simplesmente dados quantitativos e econômicos; (2) a necessidade de considerar o complexo sistema de influências entre indivíduos, instituições e sociedade; (3) procura integrar a economia com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, o direito ou a história.

Seguindo os mesmos princípios do institucionalismo, recentemente outra concepção teórica que influenciou no debate sobre desenvolvimento é a *neo-institucionalismo*. Como uma etapa mais atualizada do institucionalismo, tal concepção se dá conta de que o desenvolvimento está focalizado nas instituições e na cultura de um determinado território. Essa visão neoinstitucionalista se detém em três versões: a histórica, a da escolha racional e a sociológica. Uma das principais correntes derivadas do neo-institucionalismo é a abordagem sobre o *capital social*. É uma concepção importante, pois fala sobre um termo específico que é a confiança. Segundo esta concepção, quanto mais confiança uma sociedade cultiva, mais ela

tem possibilidade de cooperação entre sua população para um bem estar coletivo, pois em uma comunidade que não existe a confiança, predomina a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e normalmente não se têm boas expectativas pela valoração da produção. Um dos autores que mais se neoinstitucionalista é Putnam (2000) destaca nesta abordagem

Outro enfoque teórico que merece destaque é o da Escola Californiana. Os principais autores são Scott (1988) e Storper (1995), que se referem à chamada *economia de aglomeração*. “Em geral, convencionou-se que economia de aglomeração consiste em ganhos de produtividade que são atribuídos à aglomeração geográfica das populações ou das atividades econômicas” (Cf. SANDRONI, 1985 apud DALLABRIDA, 2010, p. 151). Portanto, as economias de aglomeração consistem em ter uma linha de produção baseada no espaço territorial de uma região. Storper nas suas obras desenvolve o conceito de *dynamic learning regions*, que pode ser traduzido como *regiões em processos dinâmicos ou contínuos de aprendizagem*. O autor entende que atividades de produção e consumo são processos complexos que exigem, o tempo todo, a coordenação entre os atores envolvidos, como fornecedores, produtores e consumidores finais (DALLABRIDA, 2010).

Ao falar sobre desenvolvimento não podemos esquecer de mencionar o seu oposto, o subdesenvolvimento. Nas palavras de Furtado (2000), o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa para a qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. O subdesenvolvimento, para o referido autor, é uma questão interessante, pois um país subdesenvolvido não quer dizer que seja extremamente pobre, mas sim que não possui os requisitos básicos para o desenvolvimento por falta de algum meio propício a isso. Um dos requisitos para o desenvolvimento é a industrialização, mas não significa que seja somente esse fator. Na verdade é um conjunto de fatores que podem ajudar no desenvolvimento. É necessário, por exemplo, as regiões possuírem atividades produtivas organizadas e uma sociedade dinâmica com projeto de futuro claro.

Constatações e análises sobre o desenvolvimento na região de Canoinhas

Dividimos esta parte do texto em dois aspectos. Primeiro algumas ações de desenvolvimento sugeridas por documentos que se propuseram contribuir para o planejamento do desenvolvimento da região de Canoinhas. Segundo, percepções sobre desenvolvimento, a partir de entrevistas realizadas na região com gestores e lideranças regionais.

O que indicam os planos regionais sobre o desenvolvimento da região?

Podemos analisar as estratégias de desenvolvimentos de um município, uma região ou um estado, observando os planos de desenvolvimento elaborados localmente.

Nesta investigação foram selecionados, para análise, três dos principais documentos de planejamento do desenvolvimento na região de Canoinhas, elaborados nos últimos cinco anos (2006-2010): o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Canoinhas; a Carta da AMPLANORTE; e, indicações do Fórum de Desenvolvimento Econômico dos Municípios das Regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina.

O Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Canoinhas projetou ações a serem desenvolvidas no curto, médio e longo prazo e teve como objetivo principal alcançar o crescimento econômico do meio rural de uma forma duradoura. Foi elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Canoinhas como o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e do Escritório Municipal da Epagri. O plano aponta as necessidades, os problemas e as potencialidades, bem como as ações prioritárias para o município no período, propondo-se com isso dar encaminhamento à retomada do desenvolvimento no meio rural, objetivando a sustentabilidade das ações. O plano foi construído através de ações de planejamento estratégico e participativo. O diagnóstico foi elaborado com informações do IBGE, Epagri e Prefeitura e contam com dados sobre o contexto histórico rural, os aspectos demográficos, climáticos e geográficos do município, a estrutura física, a dimensão sociocultural, a educação, a saúde e o lazer.

O Plano foi feito no primeiro ano do mandato do prefeito eleito, prevendo ser refeito no próximo mandato do mesmo prefeito ou de outro. O objetivo geral foi

promover o desenvolvimento da família rural, nos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos, visando a permanência no meio rural com qualidade de vida para a população. Especificamente, propõe-se incentivar e proporcionar espaços de participação da família rural, proporcionando-lhes conhecimento, informação e oportunidade. Os objetivos específicos do plano poderiam ser assim sintetizados: promover a organização dos agricultores que vivem o exercício da cidadania; desenvolver o preparo e a qualificação para novos desafios da atividade; fortalecer e incentivar espaços de participação da família no campo; estimular as famílias para valorizar o espaço rural, discutindo os aspectos econômicos, sociais e ambientais, promover, desenvolver e fortalecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais. Depois de mencionados os objetivos são listados uma relação de programas e projetos que foram considerados necessários para atender aos objetivos a que se propõe o plano. Na sua gestão, o plano municipal elaborado será executado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário com o apoio das instituições parceiras. Previu, ainda, o acompanhamento e assessoramento da Prefeitura Municipal de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Outro documento que faz indicativos sobre o desenvolvimento da região de Canoinhas é a Carta da AMPLANORTE, elaborada pelos municípios que compreendem a Associação dos Municípios do Planalto Norte, em 2009. O plano centra-se mais na indicação de diretrizes de desenvolvimento dos municípios. São elas: potencialização da produção através do uso intensivo e sustentável dos insumos locais; apoio à criação de distritos industriais, agroindústrias e incubadoras tecnológicas; aperfeiçoamento do PRODEC e pró-emprego para a promoção do desenvolvimento regional propiciando um menor custo de implantação; implantação de uma agência da SC Parcerias ou órgão competente para tratar especificamente de investimentos para a região; desconsiderar o quesito IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que distorce a realidade local e que conseqüentemente deixa menos competitivos alguns municípios e desta forma viabilizar linhas de crédito mais acessíveis para novos empreendedores; incluir no mapa dos grandes empreendedores nossa região, além do agronegócio, os setores têxteis, metal-mecânica, papelerias, fabricação de MDF, MDP, OSB; geração de infraestruturas regionais, tais como o gás natural, investimentos na capacidade de energia elétrica e

melhorias nos aeroportos; conclusão da rodovia SC 477; conclusão da Rodovia SC 419; conclusão da BR 280 - sentido Porto União a rodovia BR 153; apoio para qualificação de mão de obra; estimular o desenvolvimento turístico da região.

Em 2009, por iniciativa da Secretaria da Integração e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Joinville e do Fórum de Desenvolvimento Econômico dos Municípios das Regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina, foram feitos alguns indicativos sobre o desenvolvimento regional. O objetivo principal foi identificar políticas públicas e trocar experiência sobre as estratégias de cada município, debater assuntos em comum e buscar alternativas em conjunto para o desenvolvimento regional. Ele foi integrado por 26 municípios que compõe a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), Associação dos Municípios do Vale do Rio Itapocu (AMVALI) e a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE). O município de Canoinhas pertence à AMPLANORTE.

De maneira geral, é possível observar que foram indicadas estratégias consideradas necessárias para qualificar o desenvolvimento de uma região. No entanto, percebe-se que as três iniciativas realizadas recentemente na região no sentido de planejar o desenvolvimento, mantiveram-se mais na indicação de diretrizes gerais e, somente em alguns casos, detendo-se no detalhamento de programas, projetos e ações de desenvolvimento.

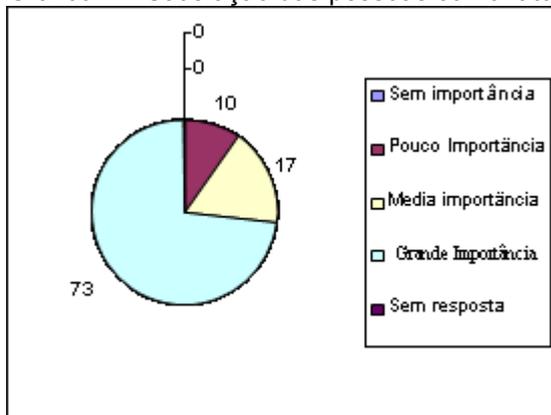
A concepção sobre o desenvolvimento a partir de entrevistas realizadas com gestores e lideranças regionais

A pesquisa foi realizada no município de Canoinhas e região, durante o ano de 2010. Das pessoas que foram entrevistadas estão, em maior número, pessoas envolvidas em igrejas, sindicatos e na educação. Em segundo lugar, empresários locais que se dividem em rurais e urbanos, seguidos por estudantes cursando o ensino médio e o superior. Para completar, uma minoria, que representa os políticos com cargo legislativo, que inclui vereadores e o prefeito de um município e o seu vice.

Os entrevistados foram solicitados a responder perguntas sobre desenvolvimento regional, assinalando o grau de importância, conforme o que

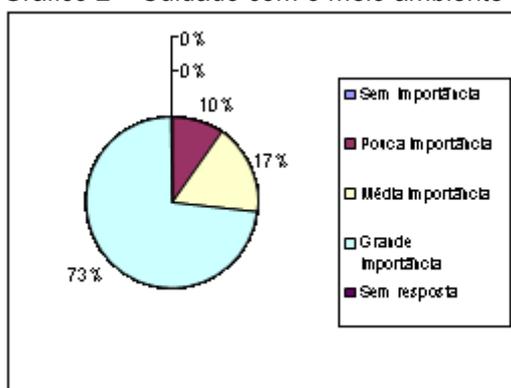
segue: Sem Importância, Pouca Importância, Média Importância e Grande Importância³.

Gráfico 1 – Satisfação das pessoas como fator favorável ao desenvolvimento



A primeira questão referiu-se a possíveis fatores favoráveis ao desenvolvimento regional. Sobre a primeira alternativa, a *satisfação das pessoas em morar ali*, as respostas estão representadas no Gráfico 1. Podemos perceber que 73% das respostas consideraram tal fator como de grande importância, sendo que 27% das pessoas responderam ser de pouca e média importância.

Gráfico 2 – Cuidado com o meio ambiente como fator favorável ao desenvolvimento

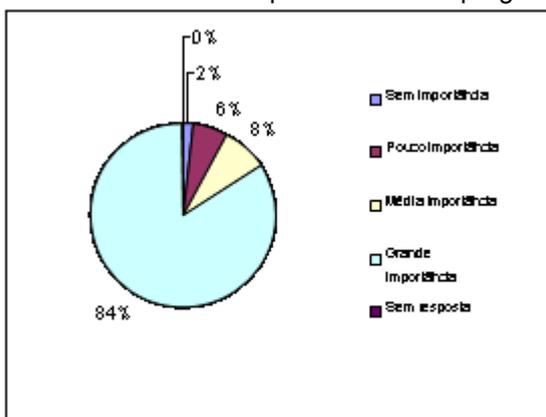


Sobre outro fator, o *cuidado das empresas e famílias com a preservação do meio ambiente*, conforme demonstrado no Gráfico 2, podemos perceber que, também, 73% consideraram ser um fator muito importante para o desenvolvimento.

³ A fonte de todos os gráficos: elaboração pelos autores a partir dos dados coletado nas entrevistas.

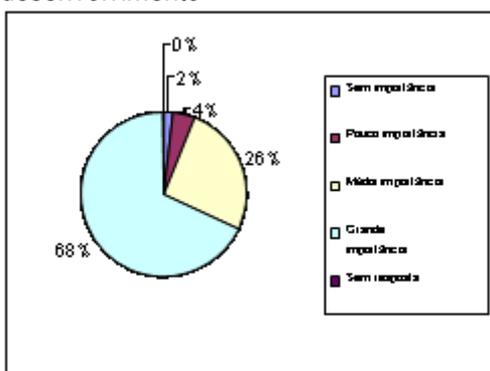
O ideal é que 100% considerassem muito importante. Com isso podemos afirmar que a população não se sente totalmente preocupada com o meio ambiente.

Gráfico 3 – Atividades produtivas e emprego como fator favorável ao desenvolvimento



Outro fator avaliado foi o fato de *ter localmente atividades produtivas que ofereçam empregos, de preferência, bem remunerados mesmo que seja para uma minoria da população*. O Gráfico 3 demonstra 84% das pessoas responderam que é de grande importância. Não parece tão adequado, pois deveria ter considerado o fator como de pouca importância na maioria das respostas, pois sugere-se empregos bem remunerados para uma minoria e deveria ser para a maioria da população.

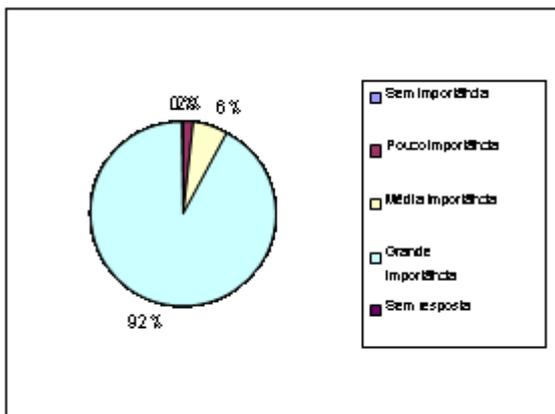
Gráfico 4 – Setor produtivo e de serviço que gere altos retornos de tributos como fator favorável ao desenvolvimento



Sobre a existência *localmente de setor produtivo e de serviço que gere altos retornos de tributos*, essa questão entendemos que deveria ter uma importância relativa para o desenvolvimento de uma região, mas mesmo assim a maioria das pessoas responderam ser de grande importância. Apesar da importância do retorno

tributário para a região, isso nem sempre significa que tais atividades agreguem valor localmente, o que seria desejável. Verifica-se que se sobrevaloriza o fator retorno de tributos, relativizando os demais também de grande importância.

Gráfico 5 – Crescimento constante das atividades produtivas como fator desenvolvimento



Outro fator pesquisado foi a importância para o desenvolvimento, da região *ter atividades produtivas locais que apresentem um crescimento constante*, conforme Gráfico 5. O crescimento das atividades produtivas locais em geral está diretamente relacionado ao desenvolvimento, mas mesmo assim 6% das pessoas entrevistadas responderam ser de média importância e 2% de pouca importância. Parece possível afirmar que deveria ser 100% de grande importância, pois para ocorrer desenvolvimento regional necessitamos de atividades econômicas produtivas que apresentem um crescimento constante, gerando empregos e renda para sua população.

Outra questão relacionou às *atividades produtivas que ofereçam bons níveis de empregos e renda para a maioria da população* e o desenvolvimento, conforme Gráfico 6. Essa pergunta parece ter sido respondida corretamente pela maioria dos entrevistados, pois 96% responderam que é de grande importância. Dá a entender que, existindo bons empregos para a maioria da população se garante um bom nível de qualidade de vida. Mas mesmo assim 10% dos entrevistados responderam ser de média ou pouca importância, o que demonstra um pequeno equívoco de concepção.

Gráfico 6 – Atividades produtivas, bons níveis de emprego e renda como fator desenvolvimento

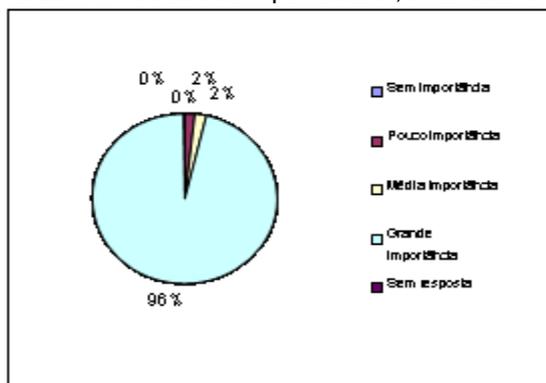
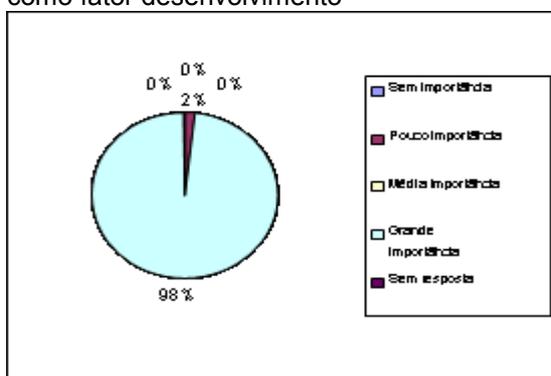
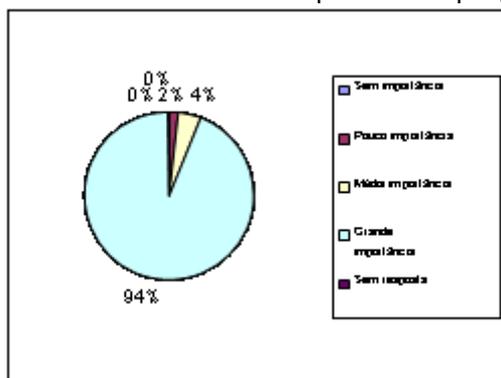


Gráfico 7 – Rede de serviços públicos ou privados de saúde, educação e lazer de boa qualidade como fator desenvolvimento



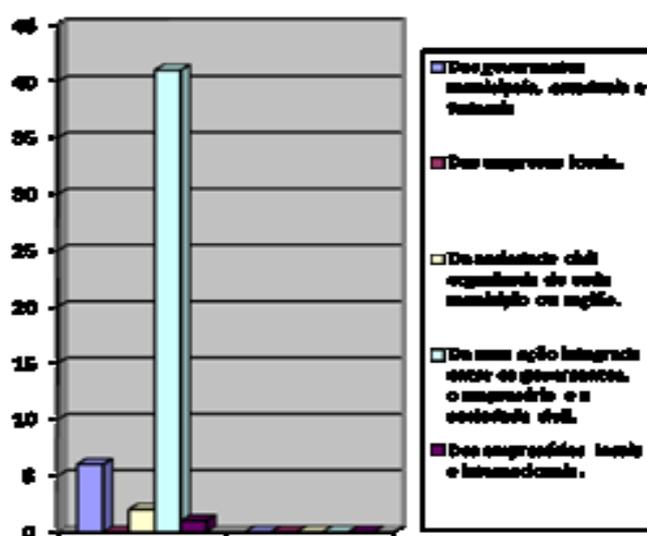
Em outra questão relacionou-se a questão do local *possuir uma rede de serviços públicos ou privados de saúde, educação e lazer de boa qualidade com desenvolvimento*, conforme Gráfico 7. A resposta afirmativa da grande maioria dos entrevistados dá a entender que o entendimento da maioria é que para ocorrer desenvolvimento em uma sociedade precisamos de saúde, educação e lazer de qualidade, a fim de satisfazer a população, pois com estes serviços eficientes teremos qualidade de vida. Mas, mesmo assim, 4% não consideram isso importante, o que mostra que alguns entrevistados pensam que lazer, educação e saúde não são tão importantes quando se pensa em desenvolvimento regional. Talvez, os que pensam assim, continuam tendo a percepção de que o desenvolvimento se expressa apenas pela dimensão econômica, o que as abordagens teóricas questionam muito atualmente.

Gráfico 8 – Ter atividades produtivas que gerem agregação de renda a população local



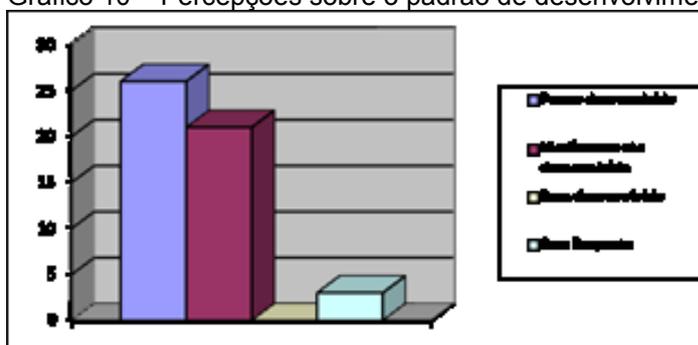
Outro fator de desenvolvimento avaliado é o fato de *ter na região atividades produtivas que gerem agregação de renda à população local*. Esse gráfico mostra que apenas 94% responderam ser isso de grande importância para a população local, o que deveria 100%, pois 6% responderam ser de pouca e média importância. Analisando as respostas sintetizadas no gráfico, podemos concluir que alguns dos entrevistados não se preocupam com a questão da agregação de renda à população local. A importância disso está no fato de que uma região que apenas produz produtos com baixo valor agregado possui uma limitada circulação de riqueza, baixos salários e, por consequência, a população tem um padrão de renda mais baixo.

Gráfico 9 – Responsabilidade maior com o desenvolvimento



No Gráfico 9, questiona-se a respeito de quem deveria ser *a responsabilidade maior com a busca de desenvolvimento para o município ou região*. Analisando o gráfico, percebemos que, em geral, a população está consciente de quem é a responsabilidade para fazer acontecer o desenvolvimento. A grande maioria das respostas foram na opção correta que é de uma ação integrada entre os governantes, os empresários e a sociedade civil. Mas, mesmo assim, houve algumas respostas indicando repassarem a responsabilidade aos governantes ou aos empresários. Estas concepções, infelizmente, revelam ainda que parte da população esperam que outros venham resolver os problemas locais.

Gráfico 10 – Percepções sobre o padrão de desenvolvimento de seu município



Outra pergunta questionou a opinião dos entrevistados sobre o padrão de desenvolvimento de seu município. Conforme mostra o Gráfico 10, as respostas estão divididas entre pouco desenvolvido e medianamente desenvolvido. Nenhum entrevistado considerou seu município ser bem desenvolvido, demonstrando que a população tem consciência que o seu município precisa de muitas mudanças para se desenvolver. O dado reforça a percepção geral de que falta muita coisa ainda para se ter um padrão de desenvolvimento mais qualificado na região.

Perguntadas as pessoas a respeito de sua opinião sobre os motivos das dificuldades de desenvolvimento dos municípios, as respostas apresentaram a situação demonstrada no gráfico abaixo.

Tabela 1 – Percepção dos entrevistados sobre os motivos das dificuldades de desenvolvimento

Respostas	N. Pessoas
Pouca integração do governo e sociedade organizada dificulta o desenvolvimento	8
Qualidade de vida baixa, saúde precária e lazer	3
Região é economicamente pobre, parou no tempo.	2
Não existe uma ação integrada entre governantes, empresas e a sociedade civil	2
Precisa melhorar em colaboração e participação	2
Região é dependente da monocultura, das firmas e do governo	1
Falta industrialização	1
É necessário agregar valor aos produtos	1
Falta de melhoria nos setores da educação, saúde, turismo entre outros	1
Falta recursos financeiros aos municípios	1
Falta mecanismos de desenvolvimento e uma melhor infraestrutura	1
Sem resposta	1

A resposta principal dos entrevistados sobre os motivos que levam o seu município ser pouco desenvolvido é a *falta de uma integração do governo e a sociedade civil organizada*. A segunda resposta com mais destaque foi a questão da *qualidade de vida na região*, a saúde precária e a falta de lazer, seguida das *dificuldades econômicas e a falta de colaboração e integração entre as pessoas do município*. Em geral, a população não está satisfeita com o padrão de desenvolvimento do seu município. São demonstrados grandes desafios a serem superados.

Entre os que consideraram o município medianamente desenvolvido, as justificativas se concentraram na falta de empregos e empresas, a pouca preocupação com o meio ambiente, a necessidade de melhoria na qualidade de vida e infraestrutura e segurança pública. Seguem-se respostas, tais como: concentração de poder nas mãos de poucos; falta trabalhar em união para um bem comum; falta de apoio dos governantes municipais, estaduais e federais, ou seja, a falta de interesse público e privado para apoiar o desenvolvimento dos municípios; falta de indústrias, de escolas técnicas para desenvolvimento, de mão de obra qualificada, segurança pública e saúde adequada a população; falta de investimentos, principalmente na agricultura.

Ainda perguntados sobre o que mais falta para que sua região seja mais desenvolvida, as respostas foram: falta de empresas e geração de renda (30 respostas); necessidade de uma melhor ação governamental (18); falta de esforço da sociedade civil (13); falta de infraestrutura (12); saúde e qualidade de vida precária (4).

Perguntados sobre por que isso não acontece, a maioria aponta a falta de ação governamental como causa das dificuldades no desenvolvimento (23 respostas). Em seguida, vem a falta de uma ação mais ativa da sociedade regional (19), além da falta de educação e formação profissional (5). Pelas respostas é possível interpretar que a maioria dos entrevistados entende que o desenvolvimento na sua região não acontece por falta de uma ação dos governantes e depois por uma falta de ação da sociedade civil. No entanto, infelizmente, o fato da maioria da população colocar a culpa de o seu município não ser desenvolvido nas ações dos governantes, reafirma uma atitude predominante de acomodação e dependência, ou seja, podemos dizer de espera de um “*salvador da pátria*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto de pesquisa *Concepções teóricas, desafios e indicativos para o Desenvolvimento Regional Sustentável da região de Canoinhas*, que teve a duração de um ano, conseguiu-se atingir o objetivo geral e boa parte dos específicos. O trabalho focou-se em sintetizar as principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento regional, demonstrar e analisar percepções da população da região sobre desenvolvimento.

Analisando os indicativos sobre o futuro da região contidos nos documentos de planejamento regional, percebe-se que as três iniciativas realizadas recentemente na região mantiveram-se mais na indicação de diretrizes gerais e, em poucos casos, detendo-se no detalhamento de programas, projetos e ações de desenvolvimento. Além disso, conversas informais com os entrevistados, demonstraram que poucos conhecem tais documentos. Isso leva-nos a pensar que, muito provavelmente, os próprios gestores não utilizam os referenciais expressos nos planejamentos, para sua ação nos municípios.

Nas entrevistas que foram feitas com cinquenta pessoas dos setores públicos e privados da sociedade podemos observar suas percepções gerais sobre desenvolvimento e o seu embasamento teórico. Em geral, percebe-se a falta de compreensão das pessoas sobre os fatores interferentes no desenvolvimento de um município.

Na pesquisa nenhum dos entrevistados respondeu que seu município é bem desenvolvido. As respostas ficaram divididas entre pouco e medianamente desenvolvido e, quando foi questionado o porquê, as respostas foram bem diferenciadas. A maioria respondeu que a culpa é dos governantes locais. Entendemos que não seria a resposta mais adequada, pois para atingir o desenvolvimento é necessário uma ação integrada entre os governantes, os empresários e a sociedade civil local. Felizmente, uma boa parte dos entrevistados assim se posicionou.

Refletindo sobre as concepções dos diferentes autores e comparando com as entrevistas das pessoas, podemos perceber que a população em alguns aspectos tem uma compreensão restrita sobre desenvolvimento regional, precisando de mais informação, mais leitura, ou seja, mais embasamento teórico para contribuir no desenvolvimento de sua região. Poderia se afirmar, principalmente embasado no referencial teórico aqui mencionado, que ao eleger somente o poder público como responsável pelo desenvolvimento regional, demonstra-se desconhecimento do papel da população como cidadão. O desenvolvimento da região ocorre quando a sociedade civil participa, seja através de sua postura junto aos governantes reivindicando políticas públicas adequadas, ou também quando a população está preparada para atuar como mão de obra qualificada.

Assim, concluímos o referido estudo reafirmando a importância do papel do cidadão, participando e assim influenciando no desenvolvimento de sua região. Consideramos, também, que apesar de ter apresentado algumas evidências, o estudo precisaria ser aprofundado com uma metodologia mais complexa, com o fim de averiguar com mais precisão até que ponto a concepção de desenvolvimento das lideranças e gestores regionais tem uma relação com as condições objetivas e os condicionantes do desenvolvimento da região de Canoinhas. É um desafio para futuras investigações, sejam sob a forma de iniciação científica, ou mesmo como investigações de professores dos grupos de pesquisa existentes nas universidades com atuação na região, no caso a UnC, especialmente os que atuam no Mestrado em Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

AYDALOT, P. **Milieux Innovateurs em Europe**. Paris: GREMI, 1986.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b

LUNDVALL, B. **Nacional Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. Londres: Pinter Publishers, 1992.

MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. **Sciences Humaines**, n. 8, 1995, p. 41 -57.

MARSHALL, A. **Princípios da Economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉNDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. **Revista EURE**, v. 28, n. 84, 2002, p. 63-83.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural. 1985 (Coleção os economistas).

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCOTT, A. J. **New Industrial Spaces**. Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: Pion Limited, 1988.

STORPER, M. The resurgence oh regional economies ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. **European Urban and Regional Studies**, n 2, 1995.

Documentos pesquisados:

- Carta da AMPLANORTE;
- Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Canoinhas;
- Relatório de reunião do Fórum de Desenvolvimento Econômico dos Municípios das Regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina.

¹Bolsista de iniciação científica do Curso de Serviço Social da Universidade do Contestado (UnC), Campos Canoinhas (SC). E-mail: jeh_vieira@hotmail.com

²Professor e pesquisador, doutor em Desenvolvimento Regional, com atuação em cursos de graduação e no Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC. E-mail: valdirroqued897@gmail.com